

Associativismo estudantil africano no Brasil: diáspora, raça, gênero e luta por reconhecimento (2010-2017)

African student associations in Brazil: diaspora, race, gender and struggle for recognition (2010-2017)

Ercilio Neves Brandão Langa¹

1. Bacharel em Ciências Sociais e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique, Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab-Campus dos Malês), Doutor e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. <https://orcid.org/0000-0002-8537-0996> ercilio.langa@unilab.edu.br

Resumo: O artigo analisa a atuação das associações estudantis africanas na cidade de Fortaleza. É fruto de observações etnográficas das reuniões associativas, entrevistas, conversas informais e anotações no caderno de campo entre 2010 e 2017. No quadro teórico, movimenta-se a teoria de Privação relativa de Ted Gurr e a teoria Crítica a partir da noção de luta por reconhecimento de Axel Honneth. Os grêmios estudantis africanos são resultado dos processos de mobilidade estudantil internacional de África para o Brasil, criadas para a defesa e promoção de direitos desses alunos nas universidades públicas e faculdades privadas. Com caráter nacional ou plurinacional, as coletividades constituíram brecha para africanos se organizarem em grupos de representação e pressão, pois, a condição de estrangeiros os impedia de participar politicamente na sociedade brasileira. As agremiações buscaram desconstruir imagens de África como lugar de guerras, secas, fomes e pobreza, apresentando visão essencialista, racial e biológica da identidade africana em oposição ao mundo branco ocidental europeu. Havia pouca ou nenhuma participação das mulheres. Os

grêmios constituíam espaços de disputas, conflitos pessoais e clivagens políticas, bem como de luta por hegemonia e poder de representar os africanos na cidade.

Palavras-chave: Agremiações. Estudantes africanos. Luta por reconhecimento. Cidade de Fortaleza-CE.

Abstract: The article analyses the performance of African student associations in the city of Fortaleza. It is the result of ethnographic observations of associative meetings, interviews, informal conversations, and notes in the field notebook between 2010 and 2017. recognition of Axel Honneth. African student unions are the result of international student mobility processes from Africa to Brazil, created to defend and promote the rights of these students in public universities and private colleges. With a national or pluractional character, the collectivities constituted a gap for Africans to organize themselves into representation and pressure groups, since the condition of foreigners prevented them from participating politically in Brazilian society. The associations sought to deconstruct images of Africa as a place of wars, droughts, famines, and poverty, presenting an essentialist, racial and biological vision of African identity in opposition to the white western European world. There was little or no participation by women. The guilds constituted spaces for disputes, personal conflicts, and political divisions, as well as the struggle for hegemony and power to represent Africans in the city.

Keywords: Associations. African students. Fight for recognition. City of Fortaleza-CE.

Introdução

A comunidade africana em Fortaleza era constituída majoritariamente por sujeitos oriundos dos países falantes da língua portuguesa da Guiné-Bissau, Cabo-Verde, Angola, São-Tomé e Príncipe e Moçambique. Eram jovens entre os 18 e 35 anos de idade, majoritariamente do sexo masculino e de origem bissau-guineense e cabo-verdiana. A maioria estava inserido em faculdades privadas e faziam cursos tecnológicos, com fácil empregabilidade, com destaque para as áreas de informática, contabilidade, etc. Grande parte das mulheres estava inserida em cursos de enfermagem. As religiões cristãs e islâmica eram

predominantes entre esses sujeitos. Havia uma hegemonia das religiões cristãs: católica e evangélicas, entretanto, metade dos bissau guineense era muçulmano, ainda que não praticantes.

Esta migração e mobilidade de africanos para Fortaleza é resultado da política externa brasileira voltada para o Sul Global a partir do ano 2003, do fortalecimento dos convênios educacionais e técnico-profissionais entre o Brasil e países africanos, a existência de bolsas de estudos para estudantes africanos cursarem o ensino superior em IES brasileiras. Mas também da assinatura de acordos de cooperação do Brasil com distintos países do continente e a abertura de embaixadas brasileiras em cerca de vinte países de África proporcionaram uma maior inserção e participação dos africanos residentes no Brasil. A cidade de Fortaleza tem sido um polo atrativo da migração estudantil de africanos oriundos particularmente da Guiné-Bissau, Cabo-Verde, por conta da sua proximidade geográfica com a África Ocidental, distando de menos de 8 horas de voo de avião.

A comunidade africana residente na cidade de Fortaleza originou movimentos e associações de estudantes que congregavam alunos em processos de mobilização e organização em diversas agremiações estudantis. A criação de grêmios estudantis aconteceu em outras cidades do Brasil onde a presença de africanos era significativa. As associações constituíam espaços de conflitos e de afirmações identitárias dos estudantes na condição de africanos, negros e estrangeiros, inseridos em uma metrópole permeada por hierarquias de raça, classe e gênero, bem como pelo preconceito e discriminação raciais. Este artigo analisa associações do movimento estudantil africano na cidade de Fortaleza focalizando sua gênese, desenvolvimento e atuação, bem como avalia os pontos fortes e as debilidades desses coletivos. O recorte temporal de análise do estudo circunscreve-se ao período entre os anos 2010 e 2017. Nesse período vigorava o *Estatuto de Estrangeiro* (Lei 6.815/80) no Brasil que vigorou até ao ano 2017, quando passou a vigorar a *Nova Lei de Migração* (Lei 13.445/17). O estatuto jurídico, o cotidiano e a atuação desses estudantes-imigrantes temporários foram direta ou indiretamente afetados e influenciados pelo *Estatuto do Estrangeiro* então vigente.

Relativamente à estrutura deste artigo, primeiro contextualiza-se o surgimento da comunidade africana na cidade de Fortaleza e a presença desses sujeitos nessa diáspora. No segundo tópico descreve-se o surgimento das agremiações estudantis e suas características, avalia-se os pontos fortes e as fraquezas diante da conjuntura política interna e externa brasileiras. No terceiro e último segmento, faz-se uma análise funcional do papel das agremiações estudantis enquanto *locus* de afirmação identitária e espaço de conflitos, bem como sobre a participação das mulheres nas associações estudantis. Por último apresenta-se as considerações finais.

Estudantes africanos em Fortaleza

A presença de estudantes africanos em Fortaleza teve início na segunda metade da década de 1990 com o primeiro grupo oriundo de Angola. Nesse período vinham somente estudantes de países africanos que falam a língua portuguesa para integrar-se na Universidade Federal do Ceará (UFC), através do PEC-G. A partir de 1998, inicia-se a imigração de estudantes bissau-guineenses e cabo-verdianos e, dois anos depois, estudantes são-tomenses, angolanos e moçambicanos. No início dos anos 2000, há um aumento significativo do número de bissau-guineenses, cuja maioria vem estudar em faculdades particulares de Fortaleza (MOVIMENTO PASTORAL DE ESTUDANTES AFRICANOS, MPEA, 2012).

Nos anos 2000, Mourão (2009) afirmava que os estudantes participantes do convênio com universidades públicas brasileiras se autodenominavam “comunidade africana em Fortaleza”, particularmente, jovens de nacionalidades cabo-verdiana e bissau-guineense, então unidos e voltados para questões comuns, como adaptação e resolução de problemas cotidianos. Com a vinda de estudantes para ingressar em faculdades privadas e o aumento do quantitativo de africanos, ocasiona-se processos de “fusão e fissão”, que levam grupos ora a se unirem, ora a se oporem.

Na atualidade, existe um crescente segmento de estudantes de países, classes sociais e credos religiosos distintos, oriundos não apenas de países lusófonos, mas também de países de expressão inglesa e francesa. Uma parcela significativa de estudantes vinculada às faculdades particulares – principalmente os

bissau-guineenses – vivenciava condições precárias de vida, em meio a preconceito e discriminação raciais. A instabilidade político-econômica e militar vivida na Guiné-Bissau fazia-se sentir na diáspora em Fortaleza e causava divisões políticas entre os estudantes guineenses.

Já os cabo-verdianos reverberavam a estabilidade político-econômica de seu país de origem. Os alunos cabo-verdianos possuíam um casarão oferecido pelo Governo do Estado do Ceará, localizada no Centro da cidade, o que refletia uma política externa assertiva do Governo da República de Cabo-Verde com seus alunos. Aliado a isso, muitos estudantes cabo-verdianos recebiam ajuda econômica, remessas de seus familiares espalhados pela Europa Ocidental e América do Norte.

Associativismo migrante: revisão de literatura

Na discussão acerca dos migrantes se destaca o artigo pioneiro de Simmel (2005) acerca do estrangeiro. Num texto seminal, este autor refere-se à noção de estrangeiro não como aquele que vem hoje e vai amanhã, mas como aquele que pode permanecer, chamando atenção para a proximidade e distância entre os seres humanos. Na sua ótica, o estrangeiro é aquele sujeito que está fixado num determinado espaço ou sociedade, mas sua posição é determinada pelo fato de que não pertence a esse ambiente desde o início, bem como do fato de que suas qualidades não se originam nem podem originar-se daquele espaço. Assim, estrangeiro ou estranho é aquele que se encontra mais perto do distante. O estrangeiro é aquele que não é proprietário do solo, um sujeito visto como móvel, que surge de vez em quando por meio de um contato específico, mas que não se encontra vinculado organicamente a nada e a ninguém (SIMMEL, 2005). A mobilidade e o não-pertencimento seriam característicos do estrangeiro. Nos seus contatos, ele é sempre considerado alguém de fora, um não-membro da sociedade ainda que seja membro de um grupo orgânico conhecido por todos, cujas relações se dão a partir de um distanciamento objetivo.

Apesar de referir-se à figura do judeu na Alemanha, a descrição de Simmel pode ser movimentada no caso dos africanos em Fortaleza. Sua condição de estrangeiros, negros, africanos e estudantes os colocava sempre como não pertencentes à sociedade local.

No levantamento bibliográfico sobre associativismo africano nas distintas diásporas na América Latina e Europa, Maffia *et al* (2018) analisam a construção de lideranças entre os imigrantes africanos subsaharianos na Argentina. Partem da perspectiva antropológica e da pesquisa de campo com diferentes organizações de migrantes africanos e afrodescendentes no país, mostrando práticas organizacionais desse coletivo. Apontam formas de participação política, as mudanças acontecidas ao longo do tempo e os principais desafios desses sujeitos para organizar e participar das discussões no espaço público.

Marcelino e Cerruti (2012) verificam a migração africana recente para o Brasil e Argentina como resultado da situação geopolítica iniciada no final dos anos 1990, tendo aumentado após os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos da América (EUA), a partir dos quais se originaram mudanças severas na política migratória de destinos consolidados como eram os países da União Europeia (UE) e os EUA. Já na diáspora no Brasil, Malomalo (2017) narra suas experiências pessoais vivenciadas nas mobilizações políticas dos imigrantes africanos organizados coletivamente no Ceará, suas lutas contra o racismo, violência e insegurança. Além de compreender as formas de negação de direitos dos imigrantes africanos, o autor apreende as formas de mobilizações individuais e coletivas para a conquista de direitos na diáspora.

No tocante aos direitos políticos de estrangeiros residentes no Brasil, Pereira e Caldas (2018) afirmam que há divergências com um potencial de avanço em relação aos direitos políticos de estrangeiros no Brasil, embora haja entraves políticos. Apontam que na atualidade, os novos movimentos de imigração se desenvolvem num regime de acumulação pós-fordista, no qual o modo de regularização segue um padrão distinto, as condições de trabalho se precarizam e as tradicionais garantias do trabalhador enfraquecem ou desaparecem, levando a marginalização de grupos sociais, particularmente estrangeiros em situação regular ou não. Na sua ótica, o preconceito e a discriminação reforçam o processo de marginalização econômico e jurídico. Esse duplo processo dentro e fora da legalidade impede e dificulta o processo de integração do estrangeiro no Brasil, havendo necessidade de políticas públicas específicas para os estrangeiros residentes no Brasil.

Referencial teórico: privação relativa e luta por reconhecimento

Para compreender a dinâmica e o funcionamento desses coletivos, movimento as teorias de Privação Relativa e Crítica. Muller (1985) e Ted Gurr (1985) abrem uma via de compreensão da participação política a partir da ideia de “privação relativa”, advinda da Sociologia e Psicologia. Gurr (1985) afirma que o conflito entre grupos que disputam posições e recursos escassos é uma característica regular da vida social, mas nem todos os conflitos se manifestam por meio de confrontos físicos entre os grupos contendores. O autor define conflitos como interações abertas e coercitivas de coletividades litigantes. Tais interações abrangem toda a gama de interações que ocorrem entre grupos e nações que envolvem ameaça, força e violência. Ele se interessa por conflitos que possuam quatro características a saber: envolvam duas ou mais partes envolvidas; as partes empenham-se em atos de oposição recíproca; usam comportamentos coercitivos destinados a destruir, ferir, frustrar ou de qualquer forma controlar seus oponentes e; as interações contenciosas são públicas e sua ocorrência pode ser facilmente detectada e reconhecida por observadores independentes.

Já Muller (1985) parte da psicologia dos conflitos e argumenta que a privação relativa surge quando um indivíduo não atinge aquilo que ele acredita ser-lhe justamente devido. Entretanto, as realizações do grupo de referência são apenas uma entre as muitas fontes possíveis de expectativa em relação aos direitos de um indivíduo. Enquanto para Gurr (1985), a privação relativa é o mecanismo que produz a frustração com intensidade suficiente para motivar os indivíduos a empenharem-se em protestos e violência política. A teoria da privação relativa de Gurr (1970) aponta que o sentimento de desvantagem social e material leva à frustração dos indivíduos e este último sentimento conduz à participação política. É a discrepância entre as aspirações de um grupo e as suas realizações que o leva a participar politicamente numa sociedade.

O relacionamento básico é tão fundamental para se entender as lutas civis como é a lei da gravidade para a física atmosférica: a privação relativa [...] é

uma pré-condição necessária para qualquer tipo de luta civil. Quanto maior é a privação percebida por uma pessoa em relação a suas expectativas, maior é o seu descontentamento; quanto mais difundido e intenso é o descontentamento entre os membros de uma sociedade, mais provável e mais séria se torna a disputa civil (GURR, 1985, p. 596 *apud* MULLER, 1985, p. 92).

O sentimento de privação relativa criado pelo cotidiano do preconceito e discriminação raciais na sociedade cearense, nas ruas e no acesso a serviços públicos e privados – particularmente nas IES onde vivenciam uma inserção precária – faz com que os africanos se organizem em movimentos e associações para lutarem por seus direitos. Por outro lado, a dificuldade em conseguir estágio, assim como a proibição legal imposta pelo *Estatuto do Estrangeiro* que impedia esses sujeitos de trabalharem para a sua sobrevivência e autossustento.¹ Desse modo, criava também o sentimento de privação de oportunidades, de impotência, dificuldades de acesso a recursos socioeconômicos e, até mesmo um sentimento de exclusão social.

A organização dos estudantes africanos em coletivos e associações na diáspora em Fortaleza com o objetivo de reivindicar sua existência social, cidadãos

1. A Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, mais conhecida como *Estatuto do Estrangeiro* no Brasil foi aprovado em 1980, durante a ditadura militar e vigorou até ao ano 2017, quando entrou em vigor a Nova Lei de Migrações. O *Estatuto do Estrangeiro* era orientado pela lógica da proteção de fronteiras e segurança nacional, restringido bastante a participação de estrangeiros na vida pública brasileira, inclusive em ações culturais. no *Título X – Direitos e Deveres do Estrangeiro*, art. 107 parágrafos I, II e III, proibia aos estrangeiros admitidos em território brasileiro de exercer atividade de natureza política, organizar, criar ou manter sociedade ou qualquer entidade de caráter político, de aderir a programas ou normas de partidos políticos, organizar desfiles, passeatas, comícios, reuniões de qualquer natureza, prevendo penas de detenção que variam de um a três anos e a expulsão do país, aqueles estrangeiros que infringirem a Lei (*ESTATUTO DO ESTRANGEIRO*, 1995). A Nova Lei de Migrações aprovada em 24 de maio de 2017 veio substituir o Estatuto do Estrangeiro, abandonando a perspectiva anterior e instituiu os direitos humanos como princípio norteador da política migratória no Brasil. A pesquisa que resultou neste artigo refere-se ao período de vigência do Estatuto de Estrangeiro e é anterior à aprovação da Nova Lei de Migrações..

estrangeiros, imigrantes, negros e africanos podem ser ancorados num movimento mais amplo dos processos de construção social da identidade pessoal e coletiva aos quais Axel Honneth (2009) designa de “luta por reconhecimento”. De acordo com este crítico, nas sociedades contemporâneas, os conflitos sociais não ocorrem mais predominantemente pela autoconservação dos grupos ou pelo aumento de poder com a expansão territorial, mas se originam em experiências de desrespeito social ou de ataques à identidade pessoal ou coletiva dos grupos que são capazes de desencadear ações que busquem restaurar relações de reconhecimento mútuo ou desenvolvê-las num estágio superior (HONNETH, 2009). É nessa perspectiva que se pode melhor visualizar os sentidos e significados dos movimentos de organização dos estudantes africanos na diáspora, circunscrevendo as associações estudantis como espaços de ressignificações identitárias.

Aportes metodológicos

O artigo é resultado de pesquisa de doutorado, um estudo etnográfico sobre a migração e a presença de estudantes africanos em Fortaleza, tendo como variáveis o ser imigrante, africano e negro na cidade. Além das observações etnográficas de forma participante, realização de entrevistas e conversas informais, utilizou-se a observação das interações nas redes sociais virtuais na Internet como o *MSN*, *Orkut*, *Facebook*, *Instagram* e *e-mails*, bem como em *blogs* e *sites* das associações africanas. As observações das reuniões dos coletivos africanos foram realizadas entre 2010 e 2016, período em que o pesquisador morou na cidade de Fortaleza e assistiu às reuniões de cerca de cinco agremiações africanas. As entrevistas e conversas informais foram realizadas entre 2012 e 2014 com cerca de vinte e seis imigrantes, pertencentes a sete nacionalidades africanas, respectivamente Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Nigéria, São-Tomé e Príncipe e, Togo.

Surgimento das agremiações estudantis e o Estatuto do Estrangeiro

A comunidade africana em Fortaleza gestou diferentes movimentos associativos que agregam os estudantes do continente em processos de mobilização

e organização, em diversas agremiações estudantis como a Associação de Estudantes Africanos no Estado do Ceará (AEAC); a Associação de Estudantes da Guiné-Bissau no Estado do Ceará (AEGBEC); a Fundação de Estudantes Africanos nas Faculdades do Nordeste (FEAF); a Academia Afrocearense de Letras (AAFROCEL); o Instituto de Desenvolvimento da Diáspora Africana (IDDAB); o África Instituto (AI) e, o Movimento Pastoral de Estudantes Africanos (MPEA).²

Os coletivos estudantis assumiam caráter nacional ou plurinacional, congregando indivíduos de um mesmo país ou indivíduos de distintos países africanos. As associações africanas eram baseadas em distinções nacionais, revelando-se bastante estéreis e sem capacidade de negociação com as instituições de ensino superior brasileiras, onde os estudantes estão inseridos. As primeiras organizações de imigrantes africanos em Fortaleza surgiram dentro das universidades e faculdades privadas com objetivos acadêmicos: associações estudantis. Porém, suas ações iam além das questões acadêmicas. A maioria dos debates envolvia questões relacionadas à negritude, racismo, organização de festas e atividades culturais, inserção profissional, visando promover os direitos e interesses destes, numa sociedade onde enfrentam o olhar colonialista do racismo e da desqualificação social.

A organização desses coletivos em agremiações estudantis e instituições sem fins lucrativos foram as únicas brechas encontradas pelos africanos para se organizarem em grupos de representação e de pressão, visto que nesse momento vigorava o Estatuto de Estrangeiro no Brasil (LEI Nº 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980), que impedia os estrangeiros residentes no país de participar politicamente na vida da sociedade, bem como de se filiar aos partidos políticos.³ Assim, o associativismo estudantil tornou-se a única forma de orga-

2. A AEGBEC, AEAC, AAFROCEL e AI são entidades jurídicas devidamente registradas e reconhecidas pelo Ministério da Justiça do Brasil enquanto associações sem fins lucrativos, estando inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), condição que habilita a assinar contratos, pleitear editais e seleções públicas.

3. O *Estatuto do Estrangeiro – Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980* foi o instrumento principal de regulação migratória e da presença de estrangeiros no Brasil durante trinta e sete anos, tendo sido substituída pela *Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017*, conhecida como *Nova Lei de Migração*.

nização político social e de participação dos africanos nessa cidade.

O Estatuto do Estrangeiro – Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que vigorou do dia 10 de dezembro de 1981 ao dia 25 de novembro de 2017 – no Título X Dos Deveres e Direitos do Estrangeiro, em seus artigos 97 e 98 vedava aos estrangeiros o amparo do visto temporário, o exercício de trabalho e atividade remunerados. Os estudantes eram enquadrados por essa Lei por terem o visto Temporário Item IV, “o visto de estudante”, previsto do Estatuto do Estrangeiro no Brasil.

De acordo com Milesi (2007), apesar de algumas alterações ao longo dos anos, o Estatuto do Estrangeiro no Brasil (LEI 6.815/1980) era considerado retrógrado por muitos especialistas, por ser fundado na criminalização do imigrante e do estrangeiro e ausência de uma visão humanitária. Sendo uma herança da ditadura civil-militar brasileira, considerava o estrangeiro alvo de segurança nacional; dificultando e burocratizando a sua regularização migratória. Por outro lado, era incompatível com a Constituição Federal e os tratados internacionais de direitos humanos por tratar de “estrangeiros” e não de pessoas “migrantes” e “imigrantes”. Também dava ao Estado a possibilidade de decidir ao seu bel-prazer quem podia entrar e permanecer no Brasil e vinculava a regularização migratória ao emprego formal, além de fragmentar o atendimento ao migrante em órgãos estatais diversos.

Dentre outros males apontados estava o fato de proibir o estrangeiro de exercer atividade de natureza política, organizar, criar ou manter sociedade ou quaisquer entidades de caráter político, de ser representante de sindicato ou associação profissional ou de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada. Por último, permitia ao Ministro da Justiça, sempre que considerasse conveniente aos interesses nacionais, impedir a realização, por estrangeiros, de conferências, congressos e exposições artísticas ou folclóricas (MILESI, 2007). Marcelino e Cerruti (2012) também reconhecem que o Estatuto dava plenos direitos aos apenas aos residentes permanentes, restringindo os direitos dos imigrantes temporários.

Esse impedimento influenciou o surgimento das agremiações estudantis africanas por ser a única forma que possibilitava aos imigrantes, estrangeiros, negros e africanos, participarem na sociedade brasileira. Desse modo, são os

estudantes residentes há mais de uma década na cidade e com mais experiência tomaram a frente dos movimentos estudantis africanos, fundaram e regularizaram as agremiações. Conforme apontam Pereira e Caldas (2018), a extensão de direitos políticos aos estrangeiros residentes no Brasil seria um dos pontos de partida fundamentais para promover o processo de integração política desse grupo no território brasileiro. O direito de votar e ser votado nas esferas nacionais federal, estadual, municipal e distrital e nos poderes constituídos por representantes políticos executivo e legislativo é fundamental e um mecanismo que pode estimular o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a evitar marginalização e segregação econômica-social de estrangeiros no Brasil.

Forças e fraquezas

As associações africanas tornaram-se a principal forma de participação dos alunos na sociedade fortalezense. As agremiações mais antigas foram fundadas no início dos anos 2000 e as mais recentes depois de 2010. Entretanto, a maioria delas já existia informalmente anos antes de sua regularização jurídica.

Olha, surgiu a Associação dos Estudantes de Cabo-Verde, essa foi a primeira organização estritamente de estudantes africanos aqui no Estado. Por quê? Porque tínhamos um impasse grande entre os africanos que estudavam, na época, entre fundar uma Associação de Estudantes Africanos ou Associação dos Estudantes da Guiné ou Associação dos Estudantes de Cabo-Verde, já que essas duas nacionalidades tinham mais estudantes em número maior aqui no Estado. Então, tinha-se uma discussão acima dessa ideia e, acabou que Cabo-Verde, a Associação dos Estudantes de Cabo-Verde acabou saindo na frente e, em seguida, veio a Associação dos Estudantes da Guiné e, em terceiro momento, fundamos a Associação dos Estudantes da África. Eu posso falar efetivamente de duas associações que eu acompanhei o processo. A Associação de Estudantes de Cabo-Verde, na época que foi criada não tinha o reconhecimento jurídico, isso foi em 200...5, 2005, se não me engano. Entre 2004, 2005. E.., a Associação dos Estudantes da Guiné foi fundada em 2008, certo. A Associação de Estudantes da África foi fundada em 2009, certo. Essa é que eu posso

falar com certeza que tem reconhecimento jurídico, porque tem o CNPJ registrado no Cartório.... Trabalhamos para que isso pudesse ser realidade. A Associação dos Estudantes de Guiné-Bissau, à qual também fiz parte na fundação, não tenho certeza do seu reconhecimento jurídico, porque eu nunca tive oportunidade de ler os documentos, ou nos e-mails que eu recebo, algo que identificasse o CNPJ da organização. Então, eu não posso falar se tem ou não tem. Então, não conheço, desconheço. [Estudante bissau-guineense residindo em Fortaleza há mais de 15 anos, cursando universidade pública. Entrevista gravada em 22 de maio de 2011].

Os coletivos estudantis africanos em Fortaleza surgiram num período em que o número de alunos africanos de diversas nacionalidades aumentava de forma significativa em universidades públicas e em faculdades particulares. Daí a necessidade desses imigrantes se organizarem em agremiações que promovessem e defendessem seus direitos. Entretanto, tais organizações existiam informalmente há alguns anos, havendo necessidade da sua regularização jurídica junto às autoridades brasileiras. Desse processo surgiram as três principais organizações: a Associação dos Estudantes Cabo-Verdianos, a AEGBEC e a AEAC.⁴

Em 2017 existiam cerca de seis agremiações estudantis africanas que realizavam encontros com certa regularidade ou que participavam da vida da comunidade: a AEGBEC fundada em Setembro de 2008 e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); a AEAC criada em fevereiro de 2009 com inscrição no CNPJ; a FEAFF criada em 2014 e sem CNPJ; a AAFROCEL criada em Maio de 2014 e possuidora de CNPJ; o IDDAB criado entre 2014-15; o AI criado em 2012 e inscrito no CNPJ e; o MPEA, vinculado à Igreja Católica e sem CNPJ.

O MPEA era o coletivo africano mais atuante, tendo sido criado e amparado pela Igreja Católica, apresentando maior articulação e visibilidade, destacando-se em ações de promoção e defesa dos direitos dos estudantes africanos e

4. A Associação dos Estudantes Cabo-Verdianos no Estado do Ceará teve um período de vida curto, tendo desaparecido pouco tempo depois de sua criação, quando seus idealizadores terminaram os cursos e voltaram para seu país de origem. Assim, não há registro oficial de sua fundação, nem de atividades realizadas, não estando registrado sua sigla ou acrônimo.

denunciando as situações por que passam esses sujeitos, utilizando distintas estratégias: reuniões entre estudantes e faculdades, elaboração de relatórios situacionais; encaminhamento de ações e processos na justiça e, a realização de manifestações públicas.

A AEGBEC e AEAC eram as mais antigas atuando na cidade. Tinham como objetivo primário a busca de soluções para os problemas de ordem estudantil e educacional dos estudantes a viverem a experiência da diáspora. Seus estatutos eram semelhantes e pareciam obedecer ao modelo padrão exigido por lei e cartórios para a regularização jurídica de entidades sem fins lucrativos, como informam seus próprios estatutos:

I - Congregar os estudantes Africanos em busca de soluções para os problemas de ordem estudantil e educacional; II - Promover atividades recreativas, sociais, esportivas e culturais que estiverem ao seu alcance e interesse; III - Oferecer serviços especiais como: Laboratório de informática, arquivo de trabalhos, monografias, apostilas e outras fontes de consultas; IV – Promover palestras, seminários e oficinas culturais; V – Intercâmbio com outras associações (ESTATUTOS DA AEGBEC, 2008, p. 1; ESTATUTOS da AEAC, 2009, p. 1).

Na sua estrutura organizacional, as duas agremiações funcionavam obedecendo o modelo e os estatutos sociais, normas e regras, instituídas pelas leis brasileiras que regem o funcionamento das associações sem fins lucrativos. Já o AI, a AAFROCEL e o IDDAB obedeciam ao estatuto das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Como não dispunham de espaços ou sedes próprias, as reuniões aconteciam em diferentes locais: em praças ao ar livre; em salas de aulas ou salas anexas de igrejas católicas e evangélicas, cedidas pelas respectivas instituições de ensino e religiosas, ou em espaços cedidos por outras instituições e associações brasileiras solidárias com os africanos em Fortaleza.

Na realidade, mais do que as associações, elas constituíam redes de amizade e solidariedade entre amigos e pessoas de um mesmo país ou de países diferentes. Funcionavam melhor quando a situação “apertava” e quando a urgência se impunha: consultas médicas, negociação de dívidas com as faculdades privadas

ou com os locatários de imóveis; necessidade de apoio jurídico urgente diante das IES, diante da Polícia Civil ou Militar, da Polícia Federal etc. Via de regra, as ações das associações eram lentas e levavam tempo, apesar da grande repercussão de alguns casos na Justiça. Era sempre mais fácil ter acesso à Justiça – abrir processo, ter atenção de núcleos jurídicos, de advogados, promotores e juízes, bem como ganhar uma causa – quando se faziam as reivindicações de forma organizada por alguma associação.

Ao longo dos anos, emergiram diversas outras associações, assim como desapareceram. Tais são os casos da FEAR, Instituto Nova África (INA), A Comunidade, Comitê Acadêmico, Centro de Estudantes Estrangeiros da UFC (CEEUFC)⁵, Associação de Estudantes Cabo-Verdianos no Ceará, União dos Estudantes Guineenses nas Américas, dentre outras que funcionavam apenas pelas redes sociais virtuais e blogs.

As associações mais antigas – AEGBEC e AEAC – existiam há década e meia, mas somente se registraram em Cartório e obtiveram CNPJ entre 2008 e 2009, com objetivos explícitos de caráter educacional e estudantil. Já os coletivos mais recentes como o AI e o IDDAB surgiram com objetivos mais amplos, vinculados à intervenção para o desenvolvimento humano, político e econômico, à assistência social, às atividades de defesa de direitos sociais, à pesquisa e documentação, à produção cultural, ao fomento, estudo e divulgação de literatura africana, à educação, à promoção da cultura, à defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, à promoção da saúde das populações africanas e da diáspora (IDDAB, 2008; AI, 2012). Malomalo (2017) aponta que os coletivos africanos em Fortaleza constroem um poder contra hegemônico contra a violação de seus direitos e estabeleceram-se em agência de construção de

5. O Centro de Estudantes Estrangeiros da UFC é uma instituição que, nas décadas 80 e 90 do século XX, congregava estudantes estrangeiros na UFC. Este Centro parece ter sido criado por estudantes latino-americanos inseridos nesta universidade pública nessas décadas. A única prova de tal existência é uma placa alusiva ao Centro, fixada numa das paredes da Reitoria da UFC, bem próximo da Coordenação de Assuntos Internacionais (CAI) dessa IE, que é o setor que atende aos alunos estrangeiros. Entretanto, a Reitoria da UFC e seus diversos órgãos, não possuíam informações acerca do referido Centro.

estratégias para subverter a ordem estabelecida, questionando-a e buscando superar os problemas que os afetam. Suas lideranças representavam os africanos no Estado em eventos oficiais juntos às autoridades. Era por meio das associações que os africanos se beneficiavam do apoio e das parceiras com instituições públicas e privadas do Estado, como cursos técnico-profissionais de curta duração, cursos de línguas, apoio jurídico dentre outros benefícios.

Participação e representatividade feminina

As agremiações mais recentes aproveitaram as experiências das mais antigas, registrando-se juridicamente – obtendo o CNPJ – o mais cedo possível, com objetivo de firmar parcerias com o setor privado, organizações da sociedade civil e pleitear fundos e editais públicos. A maioria das reuniões das agremiações aconteciam visando a resolução de problemas dos africanos na cidade: situações de discriminação racial e negociações de dívidas nas IES e outras institucionais, problemas com a Polícia Federal, morte de africanos na cidade etc.

O convite para as reuniões e pontos de pauta eram enviados via mensagens de e-mail e de telefone celular. As reuniões eram conduzidas pelo presidente da associação e outro integrante que se encarregava de registrá-las em ata. Também era passado um livro de ponto onde se assinavam as presenças. Quando havia necessidade, o presidente trazia um laptop e uma impressora, nos quais eram impressos na hora alguns dos documentos como abaixo-assinados, cartas, manifestações de repúdio e assinados pelos presentes etc.

Muitas das vezes, as reuniões não eram proativas, mas sim reativas, isto é, eram realizadas somente após os problemas acontecerem. A participação efetiva dos africanos nas organizações estudantis é diminuta, com exceção das reuniões relativas à preparação das festas africanas, onde a participação de africanos de distintos países e nacionalidades e etnias era bem expressiva.

Outra fraqueza dos movimentos associativos africanos era a ausência de participação feminina. A presença e participação das mulheres nas agremiações era quase nula ou inexistente. Ainda que duas moças bissau-guineenses participassem ativamente nas discussões mais gerais da AEAC, elas não ocupavam nenhum cargo político ou de direção. Muitas vezes, a sua presença era exigida

quando se trata de discussões com instituições ou órgãos públicos, “por uma questão de gênero”. A participação das mulheres acontecia em duas situações específicas: na organização das festas africanas, particularmente, servindo e gerindo a cozinha e; em algumas reuniões consideraras importantes.

Ainda que a discussão acerca de questões de gênero não seja objetivo deste texto, pode-se pensar que nos grêmios estudantis havia uma reprodução das desigualdades de gênero existentes nas sociedades africanas. Essa é uma das hipóteses que ajuda a explicar a ausência das mulheres nos grêmios estudantis. De fato, a ausência de participação feminina nas associações africanas parecia refletir a realidade vivenciada pelas mulheres nos contextos africanos, invisibilizadas ou remetidas ao espaço doméstico pelo machismo e patriarcado, por meio dos quais, é tradição das famílias investir somente na educação e promoção dos filhos do sexo masculino para a vida no espaço público.

Papel funcional das agremiações

Os coletivos estudantis buscavam conscientizar os africanos sobre seus direitos, na condição de estudantes e cidadãos estrangeiros no Brasil. Algumas associações firmaram parcerias com IES particulares de ensino técnico-profissionalizante, institutos de línguas, com núcleos jurídicos e escritórios de advocacia popular. Assim, com a mediação das agremiações estudantis e das parcerias, os estudantes passaram a reivindicar seus direitos nas IES, na sociedade em geral e a fazer demandas ao poder público no Estado.

Fruto da atuação e pressão das associações e depois de muito esforço, polêmicas e confusões entre os estudantes, agremiações e grupos estudantis, no ano 2015, a comunidade africana conseguiu eleger um representante para integrar a Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) do Governo do Estado do Ceará. Esse representante exercia cargo remunerado trabalhando nesse órgão governamental, resolvendo questões ligadas aos estudantes e imigrantes africanos no Estado.

As interações das associações africanas com organizações da sociedade civil na cidade, partidos políticos e escritório de advocacia ampliou e reforçou a consciência de si entre os estudantes africanos, enquanto grupo étnico-racial e

coletivo de imigrantes, bem como contribuiu para o aumento da coesão social entre eles. Inegavelmente, essa articulação reforçou a consciência e identidade social, a solidariedade entre os próprios estudantes, por conta da sua condição de estrangeiros, negros e africanos.

As agremiações facilitavam e atuavam como interlocutoras na comunicação entre os estudantes e as IES, com instituições privadas e órgãos públicos, com as embaixadas, com os Governos de seus países de origem e, mesmo com as famílias em casos extremos de morte de estudantes. O associativismo tornou-se componente importante no processo de inserção e busca de integração destes sujeitos na sociedade fortalezense, em meio aos processos e discriminações que permeiam a comunidade africana no Brasil.

Malomalo (2017) via os imigrantes como sujeitos históricos engajados na defesa de seus direitos de cidadania. Este autor vê a atuação política dos imigrantes como uma ação de sujeitos que se veem desprovidos de seus direitos contra aqueles que acham que têm o poder de decidir sobre suas vidas. Nessa esteira, analisa diferentes casos de violência, racismo e insegurança vivenciadas pelos imigrantes africanos no Ceará.

Analisando a dinâmica das agremiações estudantis e resultados do associativismo na vida dos imigrantes na cidade de Fortaleza, é possível distinguir seu papel funcional a partir das ideias de Robert Merton. Ao analisar instituições, Merton (1970) distingue funções manifestas das latentes. As funções são aquelas consequências observadas que propiciam a adaptação ou ajustamento do sistema. Assim, as funções manifestas são aquelas consequências objetivas, intencionadas e reconhecidas pelos participantes que contribuem para o ajustamento ou adaptação de um sistema, seja ele uma pessoa, um subgrupo ou uma unidade social ou cultural. Enquanto as funções latentes, correlativamente, são aquelas que não constam das intenções, nem são reconhecidas, na mesma ordem. Elas lembram-nos que determinado comportamento talvez possa realizar uma função para o grupo, embora, esta função possa ser muito afastada da finalidade declarada da conduta. O conceito de função latente amplia a atenção do observador para além da questão de se saber se a conduta consegue ou não a sua finalidade confessada. A distinção entre funções manifestas

e latentes foi imaginada para evitar a confusão frequentemente encontrada na literatura sociológica, entre motivações conscientes do comportamento social e suas consequências objetivas (MERTON, 1970).

As agremiações estudantis africanas desempenhavam as funções manifestas de refúgio identitário, solidariedade, empoderamento estudantil, resolução de problemas acadêmicos e extra-acadêmicos dos alunos africanos, dentre outros objetivos pautados nos seus estatutos. Essas coletividades constituíam espaços eminentemente políticos, onde os africanos se interpelavam e estimulavam uns aos outros, bem como se fortificavam e tomavam consciência de si, enquanto africanos, imigrantes e negros na cidade, principalmente, no contato com instituições públicas e privados. Contudo, nos últimos anos, ao invés de constituírem um espaço de união e coesão social, instâncias de resolução de conflitos ou de busca de soluções face aos desafios que se impunham aos estudantes, as reuniões das agremiações passaram a constituir espaços disputas e momento de agudização de conflitos entre os diferentes grupos e de inflação de egos pessoais. Dessa forma os conflitos, resultados e suas consequências podem ser classificados como funções latentes das agremiações estudantis africanas.

Clivagens associativas

As associações estudantis também constituíam espaços de disputa e conflitos de interesses pessoais e políticos entre grupos que lutavam pela hegemonia e monopolização do poder de representar os africanos na cidade. Elas revelavam os egos de seus integrantes, o desejo de suas lideranças pelo prestígio político-social, servindo como trampolim para oportunidades e ascensão social. Daí o surgimento e existência de distintas agremiações nacionais e plurinacionais com objetivos e interesses semelhantes e sobrepostos.

As agremiações africanas que possuíam CNPJ estavam em situação mais estável do que aquelas que não possuíam tal cadastro, estando aptas para assinar acordos de parcerias e receber fundos. Mesmo com a existência de diversas organizações, os africanos continuavam vulneráveis às adversidades da vida, como a falta de dinheiro para pagar mensalidades, doenças, mortes repentinas, falta de dinheiro para consulta em clínicas particulares populares, falta de

meios financeiros para traslado de cadáveres daqueles que morriam, falta de dinheiro para pagar advogado etc. Nenhuma associação possuía poupança ou fundo em dinheiro.

O endereço físico de funcionamento da maioria das associações era na realidade a residência de um de seus membros ou integrantes. Muitos dos assuntos, estratégias, atuações e ações eram discutidos antecipadamente em encontros informais nas residências, quitinetes, em bares, praças e outros locais de lazer. Depois esses elementos eram concertados e efetivados nas reuniões.

Na cidade de Fortaleza, o associativismo estudantil constituía a única forma de organização sociopolítica dos africanos ali residentes. Entretanto, os conflitos pessoais, as disputas pelo poder entre as associações e pela representação oficial dos estudantes africanos na cidade enfraqueciam suas lutas e reivindicações. Havia clivagens entre integrantes da mesma associação ou de agremiações diferentes. Algumas das reuniões quase terminavam em agressão física. As agressões verbais, falta de respeito e ataques pessoais tornaram-se frequentes ao longo dos anos. As relações entre os imigrantes de diferentes grupos e alas foram se deteriorando com o passar do tempo. A deterioração de convivência devia-se às clivagens pessoais, conflitos étnicos, de classe e escolaridade, bem com a diferenças políticas. Nesse contexto de migração, a divisão e o conflito constituíam dimensões cruciais e características principais das relações associativas entre os africanos. O discurso de uma liderança africana explicitava o contexto que o levou a criar sua própria associação:

Mas nosso objetivo é a África em si, e chegar a todo o canto que pudermos chegar. Mas, temos que começar de algum ponto. Então eu já tinha várias organizações. Antes de vir aqui, eu já tinha na mente de criar essa associação. Então chegando aqui, eu deparei com uma realidade tão cruel que me motivou ainda mais para criar essa associação. A realidade cruel: essa união separada. Eu chamo isso de união separada, união de um grupinho. Porque eu fiz um trabalho na faculdade sobre o Espírito Africano, que apresentei na disciplina de cultura brasileira, então fiz uma observação por três meses. Foi um estudo e tirei uma conclusão: que estamos separados. Então usando

essa razão, eu disse: eu vou para frente com essa ideia de criar uma organização, que é mais profundo de que uma associação. Por isso demos o nome de fundação, queremos fundar algo que jamais vai desfundar. Então foi a necessidade da nossa união que me motivou para criar a organização que vai nos centralizar numa só página, usando a força da cultura, da história e dos conhecimentos acadêmicos para promover atividades que nos serve para ser mais intelectuais. Para podermos ser grandes profissionais no futuro. É a necessidade de unir, a necessidade de estarmos juntos numa só página. Então foi essa a razão que me motivou a criar a fundação. [Estudante cabo-verdiano, residente em Fortaleza há mais de 5 anos, cursando faculdade particular. Militante e líder de pelo menos três associações africanas. Entrevista gravada em 20 de março de 2011].

As associações eram dirigidas por estudantes residentes na cidade há mais de sete anos, existindo casos de indivíduos com mais de uma década ou mesmo quinze anos de residência em Fortaleza, com inserção em universidades públicas e faculdades privadas. Alguns dirigentes eram já formados, possuíam ensino superior completo, mestrado e cursavam doutorado, ou estavam em vias de se formar. Uma minoria era casada, possuindo residência permanente no Brasil. Parte das agremiações eram lideradas por jovens carismáticos, oriundos de Guiné-Bissau e de Cabo-Verde, dois países que possuíam os maiores contingentes de estudantes no Ceará. O carisma das lideranças africanas também é destacado por Maffia *et al* (2018) no contexto argentino, que destacava a liderança como um fenômeno dinâmico, em constante tensão e localizada em condições sociais, políticas e históricas específicas, atuando como porta-vozes autorizados dos grupos, chamando atenção para o seu capital simbólico.

Em Fortaleza, a maioria das agremiações tinha como presidentes e lideranças, jovens bissau-guineenses, visto ser este o maior contingente de estudantes africanos na comunidade africana, ao mesmo tempo que constituíam o grupo mais vulnerável socioeconomicamente, apresentando sérios problemas de sobrevivência na cidade. A situação política bem como a posição socioeconômica e geopolítica ocupada pelo país em África, refletia, de alguma

forma, na vida de seus cidadãos na diáspora. A realidade, estabilidade ou instabilidade política e socioeconômica de um africano reflexionava na capacidade de articulação e na qualidade de vida de seus cidadãos residentes na diáspora.

Participação política

As reuniões aconteciam aos finais de semana em salas de aulas ou anexos de igrejas, particularmente aos domingos, porque parte dos estudantes trabalhava ou tinha aulas até aos sábados. As reuniões tinham média de participação de cinco a dez africanos, quase sempre as mesmas pessoas. O número de participantes aumentava quando se tratava de reuniões extraordinárias que tinham como pauta festas, mortes de estudantes, assembleias gerais, audiências com o poder público, eleições, escolha dos beneficiários de alguma parceira ou bolsa de estudos etc. A participação dos integrantes era feita consoante o sistema de voluntariado, considerando a disponibilidade de tempo e habilidade para executar a tarefa ou missão, visto que parte dos africanos trabalha durante o dia e estuda à noite e, outros, cursavam Especializações aos sábados.

A divisão de tarefas era feita conforme a disponibilidade e habilidade do associado. Ninguém recebia salário ou gratificação em dinheiro pelo trabalho ou desempenho de tarefas nas associações, ainda que seus integrantes pudessem se beneficiar de formações técnico-profissionalizante ou de outras advindas das parcerias com alguma instituição de ensino ou empresa privada. Os materiais e consumíveis utilizados durante as reuniões como água, papel, marcadores, câmeras fotográficas, laptops e impressoras eram trazidos de casa dos africanos e comprados com o dinheiro do próprio bolso.

As coletividades africanas tinham dezenas e centenas de simpatizantes que se afirmam membros ou integrantes delas. Seus Estatutos deixavam livre a participação de qualquer estudante africano, respeitando a natureza nacional ou plurinacional da entidade, buscando sempre a diversidade. No entanto, somente um pequeno número participava das reuniões e tomada de decisões. No cotidiano havia desgaste entre os africanos e as associações porque ao longo dos anos os dirigentes das agremiações continuavam os mesmos, à medida que se agravavam os problemas dos estudantes-imigrantes. Um dos problemas das

coletividades estudantis africanas estava ligado à alternância de poder, algo que dificilmente acontecia.

Os Estatutos das Associações obrigavam à realização de eleições regulares de dois em dois anos, mas nem sempre isso acontecia. Quando havia eleições, eram realizadas em meio a polêmicas e confusões, inclusive com esquemas de manipulação, na qual a direção cessante impunha condições e normas que não estavam presentes nos Estatutos, excluía candidatos por razões pessoais de inimizade, ou mobilizavam não-membros somente para a votação.

Na realidade, os núcleos-duros do poder nos grêmios estudantis africanos eram quase os mesmos, havendo uma troca de lugares e posições entre os mesmos indivíduos. Desse modo, as agremiações revelavam problemas semelhantes que afetavam a vida política dos países africanos falantes da língua portuguesa como Guiné-Bissau, Angola e Moçambique: a ausência de democracia, conflitos político-partidários violentos, violência antes das eleições, durante as campanhas eleitorais e pós-eleições e contestação dos resultados eleitorais.

Outra dificuldade era própria legitimidade das direções, por conta de eleições não transparentes. Via de regra, as eleições se faziam com uma única chapa concorrendo e, quase sempre o mesmo grupo se esforçava para se manter na direção da associação, monopolizando o poder. Muitas vezes, pessoas de um mesmo grupo ou ala encontravam-se na direção de duas ou três e até quatro agremiações distintas. Os estatutos não restringiam a pertença de um associado a duas ou mais associações.

Dessa forma, havia uma pulverização de associações fundadas pelos mesmos indivíduos, mas sob diferentes nomes e siglas, sempre com os mesmos objetivos. As lideranças africanas circulavam entre as associações e, cada ano, surgiam mais agremiações. Nas reuniões, a língua portuguesa era a mais utilizada durante as falas e discussões. O *crioulo* cabo-verdiano e o bissau-guineense também eram usados, particularmente, naquelas agremiações de caráter nacional e quando se encontram apenas indivíduos do mesmo país. As duas línguas – português e crioulo – eram permitidas, particularmente, quando alguns integrantes não conseguiam se expressar totalmente em português.

Espaços identitários

Além da articulação política e da luta por melhorias das condições de vida dos estudantes nas IES, as associações também constituíam espaços de afirmações identitárias dos africanos. Era nas reuniões das associações que o passado africano era mitificado, espaços onde África, seus reinos, reis, nacionalistas, intelectuais, líderes e heróis se tornam “grandes” e citados como exemplos de resistência. Por outro lado, era nas associações que se “inventavam” tradições como as festas africanas em comemoração ao dia 25 de maio, bem como florescia o discurso acerca do “homem negro”, da “África negra”, da “África mãe dos pretos”. Nos duros percursos da diáspora, as associações estudantis africanas circunscreviam um lugar de refúgio onde seus integrantes aguçavam e reforçavam suas identidades.

As associações eram formadas por indivíduos de um mesmo país, a partir das identificações nacionais, ou panafricanas. Tais identificações eram constituídas a partir de elementos considerados comuns aos seus membros, como a língua, o país ou a região de origem, o partido político, a religião ou a nacionalidade. Somente após o contato com experiências de preconceito e discriminação raciais na diáspora e após se articularem em agremiações é que africanos de distintos países, nacionalidades e etnias passaram a conceber o continente africano como uma unidade cultural, racial, histórica e geográfica. Antes, em seus países de origem, esses sujeitos tinham como identidades de pertença o grupo etnolinguístico, a religião, a região em que nasceram, a classe social ou mesmo o partido político. Na diáspora no Brasil essas identidades deixaram de fazer sentido, sendo absorvidas ou sobrepostas pela identidade etnicorracial, o fato de serem africanos e negros.

Ao longo dos anos, mas principalmente nos meses de maio e novembro, quando havia comemorações alusivas ao continente africano ou à cultura negra no Brasil, as diferentes associações e estudantes realizavam palestras acerca da História de África, nas quais, se esforçavam em ensinar aos brasileiros de forma didática que “África não é um país, mas um continente com 54 países”, por meio de imagens, slides e vídeos, mostrando a diversidade cultural, racial, étnica e geográfica dos países africanos.

Nunca tive assim, vontade de trabalhar fora, porque aqui na Universidade Estadual do Ceará (UECE) já me deram trabalho já aqui. A única coisa, eu saio faço algumas atividades fora e volto. Ganho dinheiro e volto, fora da UECE, tipo..., palestras sobre “África contemporânea” e “África como você nunca tem visto” nos colégios. É aquela coisa, quando você fala da África, primeira coisa que vem na cabeça de quem nasce aqui, porque aprendeu isso no colégio, na creche, primeira coisa é quem está com fome, com prato na mão, comendo, mosca parando. Então, na minha sala... todas as imagens que eu tenho, eu coloco fonte de informação, que é pra pessoa vai no Google, bota a fonte e você vê a imagem. Pra não dizer que eu peguei aquela imagem de alguns países da Europa. Então eu mostro a África, por isso que a minha palestra é assim: “África contemporânea e África como você nunca tem visto”. Então é aquela, é aquela angústia, é mesmo? - É assim? - Ah, eu não sabia, então... eu não dou culpa a eles. Então, culpa é metodologia do ensino aqui no Brasil, é. Eu, por exemplo, eu pego a capital de cada país da África e pego o interior de cada país da África, eu mostro duas imagens, eu falo assim: - essa imagem de pobreza, é isso que passa no Brasil. - E, essa imagem de riqueza. - Vocês já viram? Não. Mas está aqui fonte de informação, vai no Google, bota e você vai ver. [Estudante bissau-guineense, cursando Especialização, residente há cerca de 8 anos em Fortaleza. Trabalha em uma instituição pública com “carteira assinada”. Entrevista gravada em 22/01/2014].

Nas suas palestras político-pedagógicas, os imigrantes africanos buscavam desconstruir as imagens de África como um lugar de guerras, secas, fomes e de desigualdade que são reiteradamente difundidas na grande mídia. Procuravam mostrar a “África que a mídia esconde”, apresentando imagens das grandes e modernas cidades africanas, iluminadas, cheias de estradas, prédios altos, monumentos, pontes etc.

Desse modo, os africanos encaravam o trabalho de informação sobre África, a história de seus povos e culturas, como uma grande missão, sempre na perspectiva de desconstrução das imagens estigmatizantes sobre o continente.

Identidade africana, essencialismos e biologismos

As associações e suas lideranças tornaram-se produtoras do discurso identitário de determinado país ou mesmo do continente africano. Eram elas as responsáveis por organizar as festas alusivas às independências nacionais e as do dia 25 de maio, dia de África, assim como pelas palestras sobre as nações e o continente africano. As agremiações organizavam as “Semanas Africanas”, momento específico de apresentações e discussões de temáticas que reforçavam a africanidade. Era das associações e suas lideranças que se originavam muitos dos discursos e concepções acerca do pertencimento identitário, da identidade africana, da negritude, do panafricanismo, da valorização da africanidade.

É essa a minha identidade, um homem negro, eu sou um negro. A minha identidade é negra. Me identifico com África, com o continente, como um homem negro. [...]. A nossa raiz é a África. É lá que devemos ir buscar a água para satisfazer a nossa sede. A sede da cultura, a sede da história, a sede da identidade, a sede de princípios que foram roubados por anos de escravidão. Então, para isso devemos regressar ao passado, não viver no passado, mas sim regressar do passado, entender o passado e aprender do passado e aplicar no presente. O princípio do rastafári é ter essa garra, é de procurar a história, de amar a terra, a natureza, de respeitar os mais velhos que nos ensinam os princípios da África, dos africanos, dos nossos antepassados. [Estudante cabo-verdiano, residente em Fortaleza há mais de 5 anos, cursando faculdade particular. Militante e líder de pelo menos duas associações africanas. Entrevista gravada em 20 de março de 2011].

O discurso dessa liderança expressava uma identidade construída na diáspora, focada na negritude. Na experiência de vida dos estudantes africanos em seus países de origem, as suas identidades não eram fundadas na negritude. Essa era uma nova construção identitária, fruto dos processos diaspóricos. Uma questão que emergia dessa construção identitária do “ser africano” e do “ser negro” era o modo como os sujeitos concebiam a negritude e a forma como a definiam em suas práticas cotidianas.

Eu não tinha ainda esta consciência, não profundamente. Eu sempre me vi a minha pessoa diferente. Mas não numa consciência como agora tenho. Eu sempre sentia que eu era diferente, no sentido de como eu me apresentava, no sentido de como eu via as coisas. Eu sempre quis ser diferente, mas não tive essa consciência da negritude como eu tenho agora. Mas já via a coisa, que me despertava atenção. Mas não conhecia muito da África, não conhecia muito da cultura africana. Só depois, de ir para os EUA é que comecei realmente a conhecer. Porque antes de ir eu era um daqueles que pensava que era branco, entende. Para mim eu era um branco, eu era um português. Eu me identificava como um português, porque foram as mensagens que eles me passaram. Antes de ir eu era essa pessoa. Quando entrei numa realidade diferente comecei a questionar quem sou eu? Então a pergunta me fez movimentar para encontrar a resposta, para eu me poder identificar. Então o rastafári me deu a identidade. [Estudante cabo-verdiano, residente em Fortaleza há mais de 5 anos, cursando faculdade particular. Militante e líder de pelo menos duas associações africanas. Entrevista gravada em 20 de março de 2011].

Os depoimentos mostravam a existência de ideologias e visões afrocentristas das lideranças e integrantes das associações africanas. Percebia-se no discurso das lideranças das associações uma visão essencialista da identidade africana, na qual a ideia de raça, particularmente, da raça negra era vista como entidade biológica, em oposição ao mundo branco, ocidental europeu e capitalista. Nesses discursos, o homem negro africano, como também a África ocupava um lugar especial no mundo. Nesses sujeitos predomina uma visão afrocentrista, na qual a África e o homem africano eram reinventados, mitificados e idealizados como tendo uma cultura superior a dos outros povos. Acerca da reinvenção ou ressignificação de África nas diásporas e a mitificação do continente, Pinho (2004) constitui um aporte importante para compreender a construção de processos identitários:

É então que trato do conceito do mito da “Mama África” e de como a crença em uma África mítica e idealizada tem estimulado as concepções de

negritude e a produção das identidades. A mitificação da África é um processo recorrente na maioria das comunidades negras da diáspora. Defendo que as culturas negras desenvolvidas nestas comunidades, muito mais do que serem resultantes de uma congelada “herança africana”, têm se construído a partir de dinâmicos processos ocorridos no interior do sistema Atlântico Negro, no sentido elaborado por Paul Gilroy (PINHO, *Op. cit.*, p. 22).

Assim, nos processos da diáspora, as narrativas das lideranças das associações africanas enquanto produtores de discursos identitários eram encarnados pelos outros integrantes dos coletivos, passaram a se “(re)africanizar”, deixando de lado o grupo etnolinguístico, o partido político, a religião, região de origem, a classe social etc. Em Fortaleza, a identificação enquanto negro e africano passa a ser a principal marca identitária entre os imigrantes. As análises de Pinho (2004) abrem vias para pensar a tendência ao essencialismo nas comunidades africanas na diáspora no Brasil.

Existe uma crença, muito difundida no imaginário brasileiro e legitimada por discursos étnicos dos mais variados lugares, de que existiria uma “essência africana” presente em cada negro no mundo. Essa ideia atribui aos negros, de maneira automática, características que lhes seriam “inerentes”, como a força física, a virilidade e a aptidão para a música e a dança. Procuo mostrar que ao tomar a natureza – entendida como a combinação da aparência com a essência – como a principal forma de identificação do negro, e ao se divulgar a noção de que as “tendências negras” seriam transmitidas pelo sangue, coloca-se em xeque a importância da própria cultura para o entendimento da construção da identidade. Neste sentido, a poderosa noção de que é preciso “tornar-se negro”, tão cara ao movimento social antirracista, é ameaçada pela contradição da crença de que é preciso “recuperar” tendências que estariam “inscrites no corpo”. Analiso então o racismo presente na construção das identidades, procurando mostrar como a “raça” tem sido instaurada como o centro gerador das definições (PINHO, 20014, p. 23).

Os processos de ressignificação identitária descritos por Mourão (2009) e circunscritos por Pinho (2004) se tornaram evidentes nessa diáspora, particularmente, entre os estudantes cabo-verdianos e bissau-guineenses, a partir de seus trajes africanos, cabelos trançados ou em estilo *black power*, *dreads*, *rastafári*, turbantes e outros símbolos culturais africanos. As lideranças estudantis oriundas de Cabo-Verde e da Guiné-Bissau assumiam com maior visibilidade a identidade do “ser negro africano”, buscando formas de expressar sua (re)africanização, quando comparadas com as de São-Tomé e Príncipe ou Moçambique.

Considerações finais

Os grêmios estudantis africanos foram a única brecha encontrada pelos alunos oriundos de países de África residentes na Fortaleza para participar da vida política e lutar por seus direitos e melhores condições de vida, diante do impedimento jurídico do Estatuto do Estrangeiro no Brasil. Por meio das associações estudantis, esses sujeitos puderam dialogar com as universidades e faculdades particulares, com partidos políticos, órgãos de justiça e mesmo com a sociedade fortalezense. Organizados em associações, estudantes africanos, particularmente os bissau-guineenses conseguiram assinar acordos coletivos e representar a comunidade africana em diversos eventos e momentos. As agremiações também facilitaram a consecução de estágios, cursos de extensão e curta duração, contribuindo para a melhoria da formação acadêmica e técnico-profissional. Daí a importância de possuírem o CNPJ, que permitia firmar acordos de cooperação, receber fundos e pleitear editais de cultura.

Por outro lado, as agremiações serviram como focos identitários e de discursos políticos. Foi nessas coletividades onde se gestaram algumas das lideranças africanas com as mais variadas identidades. Elas foram um espaço de aguçar e refinamento de ideias, de trocas de experiências e organização política. Ao mesmo tempo, eram *locus* de divisões e discussões acirradas, de distinções sociais e políticas, de classe, status, prestígio e nível acadêmico, que refletiam a realidade dos países, regiões, grupos, etc.

Eram as associações que organizavam as festas alusivas às datas de independência e outras datas comemorativas, que enviavam comunicados e que

organizavam coletivamente os africanos aparentemente dispersos. A afirmação identitária africana era produzida para marcar distinções com a sociedade brasileira. Nestes processos, os associados (re)afirmavam sua condição de negros e africanos que, passava a ser uma questão central de suas vidas. Em meio a tais expressões identitárias diaspóricas, emergiam representações de mistificação da África, com tendência à essencialização. Um outro segmento social que difunde essa dimensão do ser negro e africano é formado por jornalistas que constroem reportagens sobre a presença africana em Fortaleza. Nessa diáspora, as agremiações estudantis constituíram-se como representantes legítimas dos africanos na cidade e no Estado, sendo uma forma a partir da qual, África pode ser reinventada e vivenciada no cotidiano. Elas refletiam a realidade vivenciada no continente africano. A vulnerabilidade social, as dificuldades econômicas dos nacionais de determinado país africano, as crises políticas, os golpes de Estado, a estabilidade político-econômica, o prestígio e a posição de outro no sistema internacional, etc. se refletiam no cotidiano dos cidadãos nacionais e alunos na cidade de Fortaleza. Dessa forma, as diferenças políticas, econômicas, regionais, sociais, educacionais e de prestígio entre os países africanos emergiam na diáspora em Fortaleza.

Era por meio dos encontros e reuniões associativas que a África passa a ser reinventada e mitificada na diáspora. As associações e suas lideranças se tornam guardiãs da identidade africana, da africanidade, ainda que, muitas vezes, tal identidade seja essencializada. Elas funcionam como espaços de afirmação identitária, de empoderamento, de troca de conhecimento e de ideias, de estratégias de sobrevivência, de fazer política e de trocas multiculturais.

Referências

(AEGBEC) ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE GUNÉ-BISSAU NO ESTADO DO CEARÁ. **Estatutos da Associação dos Estudantes de Guiné-Bissau no Estado do Ceará**. Fortaleza, 24 de setembro de 2008. 08 p.

(AEAC) ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES AFRICANOS NO CEARÁ. **Estatuto da Associação dos Estudantes Africanos no Ceará**. Fortaleza, 28 de fevereiro de 2009. 08p.

(AI) África Instituto. **Projeto: Coordenador Especial de Políticas Públicas de Igualdade Racial do Gabinete do Governador do Estado do Ceará.** Fortaleza, 2015, 12. p.

(AI) África Instituto. Coisas Ditas. Tradução Cássia da Silveira e Denise Pegorim, Rev. Tec. Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL (República Federativa do Brasil). **Estatuto do Estrangeiro - Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980.** Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências. Brasília, 19 de agosto de 1980; 159.º da Independência e 92.º da República. **Diário Oficial da União**, de 10 de dezembro de 1981.

BRASIL (República Federativa do Brasil). Resolução Normativa CNlg nº 103, de 16.05.2013. **Diário Oficial da União**, Edição 94, Seção I, p. 200, 17.05.2013.

BRASIL (República Federativa do Brasil). **Comissão de Especialistas** (criada pelo Ministério da Justiça pela Portaria nº 2.162/2013). **Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil.** Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Brasília, 31 de julho de 2014.

BRASIL (Senado Federal). **Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013.** Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil. Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal. Brasília-DF. Publicado no DSF, de 12/07/2013.

BRASIL (GOVERNO). **Estatuto do Estrangeiro: lei n.º 6.815, de 19/08/1980 alterada pela lei n.º 6.964, de 10/12/81.** 20ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

GUR, Ted. Das consequências do conflito violento. In: _____ (Org.). **Manual do Conflito Político.** Tradução de Inéa Fonseca. Parte I, Cap. 2. Brasília: EDUNB, 1985. p. 273-334.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** 2ª ed. Tradução de Luiz Repa, Apresentação de Marcos Nobre. São Paulo: Editora 34, 2009.

(IDDAB) Instituto de Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil. **Estatuto da OSCIP Instituto de Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil.** São Paulo,

21 de abril de 2008, 13.p.

MAFFIA, Marta *et al.* Formas organizativas y liderazgo entre imigrantes africanos subsaharianos recientes. **Revista Migraciones Internacionales**: reflexiones desde Argentina. v.03, año 02, 2018, p. 9-28.

MALOMALO, Bas'Illele. Mobilização política dos/as imigrantes africanos pela conquista de seus direitos no Ceará (2012-2015). **Capoeira**, Revista de Humanidades e Letras, v. 3, n. 1, 2017, p. 57-84.

MARCELINO, Pedro; CERRUTTI, Marcela. Recent African Immigration to South America: the cases of Argentina and Brazil in the regional context. In: PIZARRO, Jorge; FINARDI, Leandro (Eds.). **Development, institutional and policy aspects of international migration between Africa, Europe and Latin America and the Caribbean**. Santiago, Chile: ECLAC, 2012. p. 107-143.

MERTON, Robert. Funções Manifestas e Latentes. In:_____. **Sociologia: teoria e estrutura**. Tradução de Miguel Maillat. São Paulo: Editora Mestre Jou, Parte I, Cap. III, 1970. p. 85-150.

MILESI, Rosita. Por uma nova Lei de Migração: a perspectiva dos Direitos Humanos. **Revista Cadernos e Debates**: refúgio, migrações e cidadania. Brasília, nº 2, ago. 2007. p.77-97.

MOURÃO, Daniele. **Identidades em Trânsito**: África “na pasajen” identidades e nacionalidades guineenses e cabo-verdianas. Campinas: Arte escrita, 2009.

MOVIMENTO PASTORAL DE ESTUDANTES AFRICANOS. **Relatório Situacional do Ingresso e Permanência de Jovens nas Faculdades FATENE e Evolução**, 2011.

MULLER, Edward. A psicologia do protesto político e da violência política. In: GUR, Ted. **Manual do Conflito Político**. Tradução de Inéa Fonseca. Parte I – Fundamentos Psicológicos do Comportamento de Conflito, Cap. 2. Brasília: EDUNB, 1985. p. 89-120.

PEREIRA, Luiz; CALDAS, Camilo. Direitos Políticos de Estrangeiros Residentes no Brasil: crítica dos projetos legislativos no contexto migratório da América Latina. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 13, n.3, dez. 2018. p. 1043-1068.

PINHO, Patrícia. **Reinvenções da África na Bahia**. São Paulo: Annablume. 2004.

PIRES, Thula; BERNER, Vanessa; FRANÇA, Julia. Os estudantes africanos no Brasil na perspectiva da teoria crítica dos direitos humanos. **Quaestio Iuris**, v. 09, n.02, 2016, p. 757-787.

SIMMEL, Georg. O Estrangeiro. Tradução de Mauro Coury. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 4, n. 12, dez. 2005, p. 265-271.

Recebido:15/05/2021

Aceito: 10/04/2022